



modelling company

Millpar S.A.

CNPJ nº 44.611.387/0001-98 - NIRE 41300314462

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	318.769	208.929
Contas a receber de clientes (Nota 7)	68.123	68.106
Estoques (Nota 8)	91.222	132.760
Ativo biológico (Nota 12)	4.152	39.568
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	3.515	19.518
Adiantamentos a fornecedores	583	732
Outros créditos (Nota 10)	2.138	5.712
	436.954	467.235
Não circulante		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	6.098	8.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	26.303	23.901
Depósitos judiciais	26	-
	32.427	32.025
Investimentos	30	30
Imobilizado (Nota 13)	143.949	169.176
Intangível	160	243
	144.139	169.449
	176.566	201.474
Total do ativo	613.520	668.799

Passivo e patrimônio líquido		
	2025	2024
Partes Circulantes		
Fornecedores (Nota 14)	22.932	57.532
Partes relacionadas (Nota 15)	4.769	170
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	53.375	40.772
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	4.628
Salários e contribuições sociais (Nota 21)	3.792	9.431
Impostos e contribuições a recolher (Nota 17)	2.539	4.168
Dividendos a pagar (Nota 19d)	-	10.000
Adiantamento de clientes	2.663	1.446
	90.070	128.147
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	232.395	248.072
Provisão para contingências (Nota 18)	1.034	993
	233.429	249.065
Total do passivo	323.499	377.212
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 19a)	226.828	226.828
Reservas de capital (Nota 19b)	46.564	46.564
Outros resultados abrangentes (Nota 6)	(1.579)	(25.622)
Reservas de Lucros (Nota 19c)	18.208	43.817
	290.021	291.587
Total do passivo e patrimônio líquido	613.520	668.799

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	2025	2024	
Receita líquida (Nota 20)	403.174	524.567	
Custo de vendas (Nota 21)	(323.020)	(433.192)	
Lucro bruto	80.154	91.375	
Despesas com vendas (Nota 21)	(99.360)	(85.197)	
Despesas administrativas (Nota 21)	(22.872)	(29.669)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 21)	(5.773)	2.630	
Resultado operacional	(47.851)	(20.861)	
Receitas financeiras (Nota 22)	22.899	20.295	
Despesas financeiras (Nota 22)	(18.687)	(26.492)	
Variação cambial, líquida (Nota 22)	3.243	(21.182)	
Resultado Financeiro	7.455	(27.379)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.396)	(48.240)	
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	2.350	4.611	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	14.787	15.603	
Prejuízo do exercício	(25.609)	(30.287)	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	2.268.284	2.268.284	
Prejuízo básico e diluído por ação – R\$ (Nota 19e)	(0,01)	(0,01)	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	2025	2024	
Prejuízo do exercício	(25.609)	(30.287)	
Hedge Accounting (líquido de impostos) (Nota 6)	24.043	(25.622)	
Total do resultado abrangente do exercício	(1.566)	(55.909)	

Os vários benefícios oriundos da política contábil, os que mais se destacam são: (i) Documentar e uniformizar o tratamento contábil oriundo da gestão de riscos financeiros e (ii) Formalizar a implementação de estruturas de hedge accounting. Todos os instrumentos derivativos ou não derivativos são submetidos a teste de designação e de efetividade quando da apuração mensal. A política contábil tem o objetivo principal assegurar a aplicação consistente das Normas Contábeis praticadas no Brasil (BRGAAP), bem como estabelecer diretrizes, responsabilidades e a governança necessária para a aplicabilidade da Hedge Accounting da Millpar S.A. ("Companhia").

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro: Devido às suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, que compreendem: risco de mercado (abrangeção de variações cambiais e de taxas de juros sobre o valor justo ou fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. (a) **Risco de Mercado:** (i) **Risco Cambial:** A Millpar adota a adoção da política de hedge accounting para todas as moedas estrangeiras em conformidade com o CPC 40.

3.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro: Devido às suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, que compreendem: risco de mercado (abrangeção de variações cambiais e de taxas de juros sobre o valor justo ou fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. (a) **Risco de Mercado:** (i) **Risco Cambial:** A Millpar adota a adoção da política de hedge accounting para todas as moedas estrangeiras em conformidade com o CPC 40.

Operação	Posição contábil		Taxa ptax-V		Dólar desvalorizado frente ao real brasileiro (BRL)		Dólar valorizado frente ao real brasileiro (BRL)	
	em 31/12/2025 (USD)	(BACEN)	(5%)	(5%)	(10%)	(15%)	(20%)	(25%)
Venda USD Comprada BRL	20.196	5.5024	5.556	11.113	16.669	22.225	(5.556)	(11.113)
	20.196	5.556	5.556	11.113	16.669	22.225	(5.556)	(11.113)

A exposição cambial total líquida demonstrada em reais, em 31 de dezembro de 2025, é equivalente a 4 meses das operações, tomadas como base a média das exportações realizadas em 2025. Os saldos dos empréstimos contratados em moeda estrangeira, representam US\$ 42,8 milhões que são utilizados para hedge natural, conforme a Política de Hedge da Companhia e possuem sua exigibilidade em curto e longo prazo de acordo com os vencimentos das operações. No final do exercício de 2025, a Millpar possuía também caixa em moeda estrangeira equivalente a R\$ 21,1 milhões, que mitigam os efeitos de competência das variações cambiais em sua dívida líquida. A exposição cambial da Companhia está baseada no dólar americano e apresentando com a conversão para reais, utilizando a PTAX do final do exercício.

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	117.725	117.725
Contas a receber	13.986	57.169
Total de ativos expostos	131.151	133.272
Instrumentos derivativos	-	(150.244)
Fornecedores	(6.621)	(12.593)
Empréstimos e financiamentos	(235.674)	(288.844)
Exposição líquida em moeda estrangeira, apresentada em reais	(111.144)	(318.409)

(ii) **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros:** A Companhia continua apresentando fluxo de caixa operacional positivo e encerrou o ano com índice de liquidez de 4,485 vezes, frente a 3,65 de 2024, reforçando a liquidez e a robusta posição financeira do negócio, a Millpar possui expectativa de fluxo de caixa líquido de US\$ 1,2 bilhões em 2026. A Companhia mantém uma política de hedge natural com a Companhia estão contrariadas a taxas de juros fixas, mitigando o risco de exposição da Companhia a variações de juros ao longo das operações. Suas aplicações são remuneradas à taxa pré-fixada atrelada ao CDI, sendo assim, sua exposição ativa está atrelada com base na taxa de juros nacional, os saldos de moedas estrangeiras são aplicados a taxa pré-fixada. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesse cenário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são aplicados para ativos (aplicações) e passivos (empréstimos) que representam as principais posições com juros. (a) **Análise de Sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre as aplicações mantidas em reais aumentassem 0,25% ao ano, o impacto sobre o resultado líquido seria de R\$ 1,2 milhão. Se as taxas de juros sobre as aplicações apresentaria variação de R\$ 303 (R\$ 331 em 2024), principalmente em decorrência de receitas de juros mais altas. Os empréstimos da Companhia são contratados a taxa de juros pré-fixadas, não sendo impactadas as despesas financeiras.

Impacto no lucro líquido	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Alta do CDI 0,25%	503	331	332	219

(b) **Risco de Crédito:** A Companhia gerencia o nível de risco de crédito a que está exposta no curso normal de suas atividades. A inexistência de histórico de perdas referentes decorre da seletividade de sua carteira de clientes, em conformidade de acordo com o nível de risco de crédito para todas as moedas. Os procedimentos de gerenciamento, visando mitigar riscos de inadimplência em suas contas a receber. No que tange às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia adota uma Política de Aplicações com o objetivo de concentrar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha (high grade). A distribuição dos recursos, o grau de risco (trading) e o crédito atribuído pelas principais agências de classificação de crédito, durante o exercício final em 31 de dezembro de 2025, não houve exceção de limites de crédito. A Administração não vislumbra perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes e, consequentemente, não constitui provisão para perdas estimadas em conexão com essas atividades. (i) **Política de Crédito:** A Administração de risco de crédito e os procedimentos de gerenciamento, visando mitigar riscos de inadimplência em suas contas a receber. No que tange às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia adota uma Política de Aplicações com o objetivo de concentrar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha (high grade). A distribuição dos recursos, o grau de risco (trading) e o crédito atribuído pelas principais agências de classificação de crédito, durante o exercício final em 31 de dezembro de 2025, não houve exceção de limites de crédito. A Administração não vislumbra perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes e, consequentemente, não constitui provisão para perdas estimadas em conexão com essas atividades.

(ii) **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros:** A Companhia continua apresentando fluxo de caixa operacional positivo e encerrou o ano com índice de liquidez de 4,485 vezes, frente a 3,65 de 2024, reforçando a liquidez e a robusta posição financeira do negócio, a Millpar possui expectativa de fluxo de caixa líquido de US\$ 1,2 bilhões em 2026. A Companhia mantém uma política de hedge natural com a Companhia estão contrariadas a taxas de juros fixas, mitigando o risco de exposição da Companhia a variações de juros ao longo das operações. Suas aplicações são remuneradas à taxa pré-fixada atrelada ao CDI, sendo assim, sua exposição ativa está atrelada com base na taxa de juros nacional, os saldos de moedas estrangeiras são aplicados a taxa pré-fixada. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesse cenário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são aplicados para ativos (aplicações) e passivos (empréstimos) que representam as principais posições com juros. (a) **Análise de Sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre as aplicações mantidas em reais aumentassem 0,25% ao ano, o impacto sobre o resultado líquido seria de R\$ 1,2 milhão. Se as taxas de juros sobre as aplicações apresentaria variação de R\$ 303 (R\$ 331 em 2024), principalmente em decorrência de receitas de juros mais altas. Os empréstimos da Companhia são contratados a taxa de juros pré-fixadas, não sendo impactadas as despesas financeiras.

Impacto no lucro líquido	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Alta do CDI 0,25%	503	331	332	219

(b) **Risco de Crédito:** A Companhia gerencia o nível de risco de crédito a que está exposta no curso normal de suas atividades. A inexistência de histórico de perdas referentes decorre da seletividade de sua carteira de clientes, em conformidade de acordo com o nível de risco de crédito para todas as moedas. Os procedimentos de gerenciamento, visando mitigar riscos de inadimplência em suas contas a receber. No que tange às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia adota uma Política de Aplicações com o objetivo de concentrar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha (high grade). A distribuição dos recursos, o grau de risco (trading) e o crédito atribuído pelas principais agências de classificação de crédito, durante o exercício final em 31 de dezembro de 2025, não houve exceção de limites de crédito. A Administração não vislumbra perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes e, consequentemente, não constitui provisão para perdas estimadas em conexão com essas atividades.

(ii) **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros:** A Companhia continua apresentando fluxo de caixa operacional positivo e encerrou o ano com índice de liquidez de 4,485 vezes, frente a 3,65 de 2024, reforçando a liquidez e a robusta posição financeira do negócio, a Millpar possui expectativa de fluxo de caixa líquido de US\$ 1,2 bilhões em 2026. A Companhia mantém uma política de hedge natural com a Companhia estão contrariadas a taxas de juros fixas, mitigando o risco de exposição da Companhia a variações de juros ao longo das operações. Suas aplicações são remuneradas à taxa pré-fixada atrelada ao CDI, sendo assim, sua exposição ativa está atrelada com base na taxa de juros nacional, os saldos de moedas estrangeiras são aplicados a taxa pré-fixada. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesse cenário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são aplicados para ativos (aplicações) e passivos (empréstimos) que representam as principais posições com juros. (a) **Análise de Sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre as aplicações mantidas em reais aumentassem 0,25% ao ano, o impacto sobre o resultado líquido seria de R\$ 1,2 milhão. Se as taxas de juros sobre as aplicações apresentaria variação de R\$ 303 (R\$ 331 em 2024), principalmente em decorrência de receitas de juros mais altas. Os empréstimos da Companhia são contratados a taxa de juros pré-fixadas, não sendo impactadas as despesas financeiras.

Impacto no lucro líquido	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Alta do CDI 0,25%	503	331	332	219

(b) **Risco de Crédito:** A Companhia gerencia o nível de risco de crédito a que está exposta no curso normal de suas atividades. A inexistência de histórico de perdas referentes decorre da seletividade de sua carteira de clientes, em conformidade de acordo com o nível de risco de crédito para todas as moedas. Os procedimentos de gerenciamento, visando mitigar riscos de inadimplência em suas contas a receber. No que tange às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia adota uma Política de Aplicações com o objetivo de concentrar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha (high grade). A distribuição dos recursos, o grau de risco (trading) e o crédito atribuído pelas principais agências de classificação de crédito, durante o exercício final em 31 de dezembro de 2025, não houve exceção de limites de crédito. A Administração não vislumbra perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes e, consequentemente, não constitui provisão para perdas estimadas em conexão com essas atividades.

(ii) **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros:** A Companhia continua apresentando fluxo de caixa operacional positivo e encerrou o ano com índice de liquidez de 4,485 vezes, frente a 3,65 de 2024, reforçando a liquidez e a robusta posição financeira do negócio, a Millpar possui expectativa de fluxo de caixa líquido de US\$ 1,2 bilhões em 2026. A Companhia mantém uma política de hedge natural com a Companhia estão contrariadas a taxas de juros fixas, mitigando o risco de exposição da Companhia a variações de juros ao longo das operações. Suas aplicações são remuneradas à taxa pré-fixada atrelada ao CDI, sendo assim, sua exposição ativa está atrelada com base na taxa de juros nacional, os saldos de moedas estrangeiras são aplicados a taxa pré-fixada. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesse cenário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são aplicados para ativos (aplicações) e passivos (empréstimos) que representam as principais posições com juros. (a) **Análise de Sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre as aplicações mantidas em reais aumentassem 0,25% ao ano, o impacto sobre o resultado líquido seria de R\$ 1,2 milhão. Se as taxas de juros sobre as aplicações apresentaria variação de R\$ 303 (R\$ 331 em 2024), principalmente em decorrência de receitas de juros mais altas. Os empréstimos da Companhia são contratados a taxa de juros pré-fixadas, não sendo impactadas as despesas financeiras.

Impacto no lucro líquido	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Alta do CDI 0,25%	503	331	332	219

(b) **Risco de Crédito:** A Companhia gerencia o nível de risco de crédito a que está exposta no curso normal de suas atividades. A inexistência de histórico de perdas referentes decorre da seletividade de sua carteira de clientes, em conformidade de acordo com o nível de risco de crédito para todas as moedas. Os procedimentos de gerenciamento, visando mitigar riscos de inadimplência em suas contas a receber. No que tange às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia adota uma Política de Aplicações com o objetivo de concentrar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha (high grade). A distribuição dos recursos, o grau de risco (trading) e o crédito atribuído pelas principais agências de classificação de crédito, durante o exercício final em 31 de dezembro de 2025, não houve exceção de limites de crédito. A Administração não vislumbra perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes e, consequentemente, não constitui provisão para perdas estimadas em conexão com essas atividades.

Reservas de lucros				
Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Reservas de lucros
226.828	46.564	7.205	7.420	69.479

Reservas de lucros				
Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Reservas de lucros
226.828	46.564	7.205	7.420	69.479

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Millpar S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Guarapuava – PR, onde está instalada sua única unidade industrial. Em 2025, catalisação pela forma de imposição tarifária americana, a Companhia concluiu seu processo de encerramento das atividades industriais de sua unidade filial localizada em Quedas do Iguaçu-PR. Seu objeto social consiste em industrializar, importar, comércio, a importação e a exportação de madeiras e produtos agroflorestais, a prestação de serviços a terceiros nas áreas industrial e florestal, bem como em execução de serviços fitossanitários. O capital social da Millpar é 100% nacional, sendo a Companhia controlada pelo grupo controlador Millpar S.A., detentor de 68,31% das ações. O quadro societário é composto, ainda, pelas empresas Marodin Participações S.A. 16,70%, Omdain Participações e Investimentos Ltda. 5,90%, Fratelli Fábri Participações 5,36% e demais acionistas minoritários 3,73%. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da Companhia. Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76, e a Lei nº 11.639/08, e a Lei nº 50%



MILLPAR S.A.

CNPJ nº 44.611.387/0001-98 - NIRE 41300314462



b) Reconciliação e movimentação do ativo biológico:

Saldo inicial
Aquisição de florestas próprias
(-) Exaustão de florestas próprias
Aquisição de florestas de terceiros
(-) Exaustão de florestas de terceiros

Saldo final
Dadas às características de aquisição de ativos florestais para consumo no curto prazo, a administração não identificou variações de valor justo nos ativos biológicos para 31 de dezembro de 2025.

13. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	5.781	48.960	61.395	22.413	36.040	174.589
Aquisições	-	-	-	-	20.443	20.443
Baixas	-	-	(153)	(138)	(457)	(748)
Depreciações	-	(3.325)	(15.260)	(6.378)	-	(24.963)
Transferência para intangível	-	-	-	-	(145)	(145)
Transferências	-	18.844	19.013	11.708	(49.565)	-
Saldo contábil líquido	5.781	64.479	64.995	27.605	6.316	169.176
Em 31 de dezembro de 2025						
Saldo inicial	5.781	64.479	64.995	27.605	6.316	169.176
Aquisições	-	-	-	56	1.659	1.715
Baixas	-	-	(18)	(170)	(2)	(190)
Depreciações	-	(3.567)	(16.607)	(6.578)	-	(26.752)
Transferências	-	-	4.706	1.447	(6.153)	-
Saldo contábil líquido	5.781	60.912	53.076	22.360	1.820	143.949

A conta outros é composta por caminhões, implementos, instalações, móveis e utensílios, tratores e veículos. **Avaliação do valor recuperável do imobilizado:** Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia apresentou reduções nas margens de lucros dos produtos decorrentes de quedas nos preços dos produtos, maior competitividade no mercado e aumento nos custos logísticos, considerados como fatores indicativos de não recuperabilidade dos ativos não circulantes. Não obstante, a administração da Companhia possui estudos recentes do valor de mercado deduzidos das despesas de venda da Unidade Geradora de Caixa que é a própria Companhia, que demonstram que o valor recuperável é superior ao valor contábil dos ativos não circulantes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não sendo requerida a constituição de uma provisão para *impairment*. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, não há itens específicos do imobilizado que estejam abandonados ou subutilizados e que requeiram uma provisão para *impairment*.

14. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores - mercado interno	16.311	44.939
Fornecedores - mercado externo	6.621	12.593
22.932	57.532	

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Aluguéis a pagar	-	170
Compra de toras a pagar	4.769	-
Dividendos a pagar	-	10.000
4.769	10.170	
Custos e despesas por natureza	2025	2024
Compra de materiais uso e consumo	-	(163)
Compra de toras	(4.769)	-
Aluguel das instalações	(1.400)	(2.463)
	(6.169)	(2.626)

Remuneração do Pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da administração incluiu os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, são:

	2025	2024
Salários e pró-labore	4.884	6.098
Cargos sobre salários e pró-labore	1.003	1.346
	5.887	7.444

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moedas	Vencimentos	2025	2024
ACC	USD	02/2026 a 01/2027	12.869	24.903
PPE	USD	01/2026 a 06/2031	144.450	162.443
CPR-F	USD	01/2026 a 05/2029	78.355	101.498
CCB	BRL	12/2025 a 04/2027	50.096	-
			285.770	288.844
Parcela circulante			53.375	40.772
Parcela não circulante			232.395	248.072

ACC - Adiantamentos de Contrato de Câmbio; PPE - Pré-Pagamento de Exportação; CPR-F - Cédulas de Produto Rural com liquidação financeira; CCB - Cédula de Crédito Bancário. Os contratos em moeda estrangeira apresentados pela Companhia estão atualizados pela taxa PTAX de venda na data de 31 de dezembro de 2025.

	2025	2024
Trabalhistas e Cível	1.667	41.341
A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível que totalizam R\$ 197 (R\$ 3.519 em 2024). Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.	(31.338)	(55.535)
	17.487	39.034
	(23.232)	(33.132)

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial:

(a) Capital: O capital social, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, manteve-se em R\$ 226.828, composto por 2.268.283.724 ações ordinárias, sem valor nominal. **(b) Reserva de Capital:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo manteve-se em R\$ 46.564. **(c) Reservas de Lucros: (i) Reserva Legal:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, a reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2025, não houve lucro líquido. **(ii) Reserva de lucros:** Reserva a ser utilizada de acordo com a aprovação do Conselho de Administração e Assembleia Geral, em 2025 houve a absorção de R\$ 25.609 de prejuízo do exercício. **(iii) Reserva de incentivos fiscais:** Em 2023, essa reserva foi constituída visando pleitear futuras oportunidades tributárias, vinculada ao valor do montante da reserva de incentivos fiscais. Baseada em pareceres tributários, a Companhia decidiu não seguir com a tese e reverter ao final do exercício de 2024 a reserva de incentivos fiscais para reserva de lucros. **(iv) Reserva de lucros a realizar:** Em 2024, houve a transferência para reserva de lucros. Em 2025 não houve movimentações. **(d) Dividendos:** Em conformidade com o Art.202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de receber de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia, estão previstos dividendos estatutários de 25% do lucro líquido apurado no exercício ajustado na forma da lei.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2025	2024
Constituição da reserva legal - 5%	(25.609)	(30.287)
Prejuízo do exercício base para dividendos	(25.609)	(30.287)
Dividendos estatutários - 25%	-	-
Dividendos propostos	-	10.000
Os dividendos estatutários e adicionais propostos no exercício de 2024 foram pagos integralmente em abril de 2025. (e) Prejuízo por Ação: (i) Básico e diluído: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.	2.268.284	2.268.284
	(0,01)	(0,01)

Prejuízo do exercício

Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia em circulação (milhares)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$
Não há itens de diluição no cálculo do prejuízo por ação, portanto o valor do resultado por ação básico e diluído são iguais.

	2025	2024
Vendas brutas de produtos e serviços	414.354	538.635
Devoluções e abatimentos	(5.648)	(7.126)
Impostos sobre vendas	(5.532)	(6.942)
403.174	524.567	
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,01)	(0,01)

20. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Vendas brutas de produtos e serviços	414.354	538.635
Devoluções e abatimentos	(5.648)	(7.126)
Impostos sobre vendas	(5.532)	(6.942)
403.174	524.567	
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,01)	(0,01)

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2025	2024
Custos fixos e variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e outros)	(225.421)	(307.950)
Gastos com pessoal	(76.548)	(109.668)
Depreciações e amortizações	(26.835)	(25.027)
Despesas portuárias, aduaneiras (incluindo tarifas) e fretes sobre vendas	(95.158)	(79.891)
Energia elétrica	(10.669)	(13.522)
Serviços prestados por terceiros	(8.256)	(8.479)
Arrendamento	(1.435)	(2.308)
Ganho na baixa e alienação de imobilizado	1.018	2.350
Reclamações cíveis e trabalhistas	(333)	(586)
Provisão para riscos de contingências trabalhistas	(41)	(964)
Outras receitas e despesas	(7.347)	617
Total	(451.025)	(545.428)
Custos das vendas	(323.020)	(433.192)
Despesas com vendas	(99.360)	(85.197)
Despesas administrativas	(22.872)	(29.669)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.773)	2.630
Total	(451.025)	(545.428)

Garantias e Covenants: As operações contratadas são preponderantemente livres de garantias, avais, ou vinculação de quaisquer outras obrigações. Exclusivamente as operações de CCB, contratadas em dezembro de 2025 de forma indireta com recursos do BNDES, pelo programa federal denominado Brasil Soberano, possuem garantias vinculadas. As operações de longo prazo possuem *covenant* financeiros. A Companhia cumpre integralmente seus *covenants* financeiros e não financeiros em 31 de dezembro de 2025.

Cronograma de Vencimentos (Valor Principal):

	2025	2024
2025	-	36.575
2026	50.855	54.583
2027	127.873	76.200
A partir de 2028	104.221	117.289
	282.949	284.647

Movimentação dos Empréstimos

	2025	2024
Saldo inicial	288.844	293.564
Captação de empréstimos	85.136	164.924
Juros apropriados	17.582	23.186
Variação cambial	(32.022)	66.699
Pagamento de principal	(54.895)	(229.424)
Pagamento de juros	(18.875)	(30.105)
Saldo final	285.770	288.844

No início do 2º semestre de 2024, a Companhia concluiu junto aos seus principais bancos credores o alongamento de mais de R\$ 178 milhões em empréstimos. As operações de alongamento possuem 24 meses de carência para o principal e vencimentos de 5 até 7 anos com amortizações trimestrais. R\$ 119 milhões se referem à troca de instrumentos de dívida de curto prazo (ACC) por instrumentos de longo prazo (PPE) e R\$ 60 milhões se referem ao aditamento contratual cujo vencimento foi estendido de 2026 para 2029. O movimento permitiu dobrar o prazo médio de seu endividamento sem aumentar o custo ponderado da dívida. Os valores de variação cambial são em sua maioria de efeito competência (sem efeito caixa), decorrentes da variação do Dólar frente ao Real, ao final de cada exercício. A partir da adoção do *Hedge Accounting* não circulam pelo resultado do exercício, sendo representado na linha de Outros resultados abrangentes. A Companhia manteve sua estratégia de manutenção de parte do endividamento em moeda estrangeira (dólar americano) em razão da sua natureza exportadora e seu principal mercado. O expressivo valor da variação cambial observado no ano é consequência da apreciação do real frente à moeda americana em 2025.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
INSS	1.163	2.011
FGTS	343	747
PIS e COFINS	307	568
IRRF	573	680
Outros	153	162
	2.539	4.168
Parcela circulante	2.539	4.168

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2025	2024
Trabalhistas	1.008	993
Cíveis	26	-
	1.034	993
Parcela não circulante	1.034	993

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Millpar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Millpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as even-

tuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria ob-

tidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receita Financeira		
Juros e variação monetária	538	457
Receitas de aplicações financeiras	22.361	19.838
Total das receitas financeiras	22.899	20.295
Despesa Financeira		
Juros sobre financiamentos	(17.582)	(23.186)
Deságio sobre venda de crédito ICMS (Nota 9)	1.042	(2.151)
Resultado com derivativos	17	(17)
Outras despesas financeiras	(2.164)	(1.138)
Total das despesas financeiras	(18.687)	(26.492)
Variação cambial líquida	3.243	(21.182)
Resultado financeiro líquido	7.455	(27.379)

Após nova regulamentação favorável do Governo do PR (Decreto nº 11.003) e venda de R\$ 7.180 em créditos, a Companhia reduziu a provisão para deságio do saldo remanescente de 40% para 5%. O ajuste entre a provisão anterior e o valor efetivo da venda impactou positivamente o resultado de 2025 em R\$ 1.042, reduzindo a despesa.

23. SEGUROS

A Companhia realiza um programa de gerenciamento de riscos, o qual abrange em sua totalidade as coberturas necessárias e compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas mediante avaliação individualizada de cada modalidade de seguro contratado, sendo aprovadas pela administração e Conselho de Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguro contratadas, resultando no LMI (Limite Máximo de Indenização), conforme abaixo especificadas:

Seguro Patrimonial (Danos Materiais)	385.958
Responsabilidade Civil (RCG + D&O + RC Ambiental + RD Equipamentos)	79.100
Outros - Seguro Garantia	220

A cobertura de seguros é determinada conforme a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. A Companhia é autoseguradora no que diz respeito aos seus ativos florestais, ou seja, para essa categoria de ativos não há cobertura de seguros. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado à continuidade operacional da atividade e adota medidas preventivas contra incêndio e outros riscos florestais. Além dos seguros de proteção ao patrimônio da Companhia, a Millpar possui seguro de transporte para 100% dos produtos acabados, seguro de vida e acidentes pessoais com ampla cobertura para seus colaboradores e familiares. A avaliação quanto à suficiência da cobertura de seguros não é parte integrante do escopo da auditoria independente das demonstrações financeiras.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em dezembro de 2025, a Companhia contratou uma operação de crédito direto com o BNDES pelo programa Federal denominado "Brasil Soberano", no montante total de R\$ 150.000, com prazo de pagamento de 20 meses e carência de 12 meses; o aporte de caixa ocorreu em janeiro de 2026. Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a tarifação IIEPA (*International Emergency Economic Powers Act*) foi aplicada ilegalmente, revogando sua aplicabilidade e permitindo que importadores solicitem a restituição dos valores pagos. A administração avalia de forma prudente os impactos dessa recente decisão, seguindo atenta a decisões responsáveis, baseados em dados concretos e na preservação da solidez da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
ETTORE BASTOS BASILE - Presidente	
LUCIANA GIACOMET BORIN - Conselheira	
SÉRGIO RODRIGUES - Conselheiro	
ENIO MARODIN - Conselheiro	
HÉLIO ENIR MARODIN - Conselheiro	
DIRETORIA	
ETTORE GIACOMET BASILE - CEO Diretor Executivo	
GIAN CARLO ALMEIDA MARODIN - Diretor Comercial	
CONTROLADORIA	
JEFFERSON JULIANO MOTTA	
Contador - CRC - PR	